

## RJACSR - Acesso às atividades económicas do comércio, serviços e restauração

 Online



7 horas

Preço : 169,00 € + IVA  
Intra empresa : Sob consulta

Referência: 1417

O acesso às atividades económicas nos sectores de comércio, serviços e restauração era regulamentado por um conjunto disperso de diplomas, o que comprometia a coerência dos regimes jurídicos e a uniformização de conceitos. Para resolver esta situação, foi publicado o RJACSR - Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração.

Este novo regime jurídico estabelece o princípio da liberdade de acesso e exercício dessas atividades, não estando estas sujeitas a qualquer permissão administrativa específica. Um exemplo claro desta mudança é o regime de horário de funcionamento dos estabelecimentos abrangidos, que, a partir de agora, se torna livre, podendo apenas ser sujeito a restrições, em determinadas condições, pelas Câmaras Municipais.

Os procedimentos de controlo prévio de acesso e exercício das atividades passam a ser reduzidos a três tipos principais:

- Apresentação de comunicações prévias;
- Obtenção de autorizações;
- Obtenção de autorizações conjuntas, conforme o caso.

No contexto da simplificação administrativa da última década, este novo paradigma de interação entre cidadãos, empresas e a Administração Pública levanta várias questões que merecem reflexão.

### Destinatários



#### Para Quem?

- Fiscais municipais, técnicos, trabalhadores dos Municípios com responsabilidades no tema, e interesse em o aprofundar.



#### Pré-requisitos:

- Computador, câmara e microfone.

### Percurso de aprendizagem

#### Sessão Formação - Online (2 dias / 7h00m)

1 - Objetivos das alterações

2 - Âmbito de aplicação do diploma

3 - Os novos regimes de acesso à instalação de atividades de serviços, comércio e restauração: o fim das comunicações prévias com prazo e o regresso às autorizações

4 - As alterações no regime dos horários

5 - Articulação com regimes especiais: RJUE e SIR

## 6 - O que fica para o Licenciamento zero:

- Ocupação do espaço público: o fim das comunicações prévias com prazo e o regresso às autorizações
- Publicidade



### Objetivos

- No final da presente ação de formação os formandos ser capazes de conhecer de forma mais aprofundada o regime jurídico e o papel dos municípios na verificação do cumprimento dos requisitos fixados pela legislação, em especial, o cumprimento dos requisitos urbanísticos.



### Métodos pedagógicos

- Método expositivo;
- Brainstorming;
- Estudo da legislação e resolução de casos práticos.



### Pontos fortes

- Formação com uma componente prática de elevada robustez.

## Formadora



### **Ana Cláudia Guedes**

É mestre em Direito na área de Ciências Jurídico-Políticas, menção em Direito do Urbanismo, Ordenamento do Território e Ambiente pela FDUC, licenciada em Direito pela mesma faculdade, investigadora do CEDOUA/FDUC, e jurisconsulta na área do urbanismo e do ordenamento do território.

É consultora em diversos municípios para as referidas áreas; É formadora e oradora convidada em Jornadas e Colóquios; É membro de júris em concursos para dirigentes em diversos Municípios;

É autora de diversos artigos em publicações de referência, destacando-se a coautoria dos livros “Licenciamento Zero - Regime Jurídico Comentado” (Edições Almedina 2014) e “Sistema de Indústria Responsável - Comentário ao Novo Regime e Acesso à Atividade Industrial” (Edições Almedina 2014).



## Datas 2026 - Référence 1417



Últimas inscrições



Realização garantida

De 1 jul a 3 jul

De 2 dez a 4 dez